

Economia - Brasil

Um semestre decisivo

GILBERTO DUPAS*

Estão em curso pesados desafios que transformarão a primeira metade deste ano em dura etapa de transição para uma lenta recuperação ou para mais um impasse em nossa economia.

As metas negociadas com o FMI são o referencial em torno do qual as expectativas se formam. Há nelas alguns fatores críticos que, dependendo do seu desempenho, realimentarão esperanças ou frustrações. A lógica do acordo elege o crescimento econômico como variável de ajuste. Quanto mais difícil estiver a obtenção do saldo comercial programado – ou mais ameaçador o crescimento da inflação – maior terá que ser a recessão.

Na balança comercial, o ideal é supor que o supersaldo – os irrealistas US\$ 11 bilhões – fosse obtido mais pelo crescimento das exportações do que por queda nas importações. Afinal, a competição dos preços dos produtos estrangeiros, especialmente alimentos e vestuário, é que havia garantido o fim da inflação. No entanto, até aqui tem sido mais fácil obter um corte drástico nas importações do que uma reação saudável das exportações. É fácil entender por quê. A imediata elevação dos preços dos importados inibe instantaneamente o consumo, enquanto a vantagem do câmbio nas exportações encontra restrição nas linhas de crédito, na dura barganha com compradores de olho em dividir a nova margem e, finalmente, na queda mundial de preços de vários produtos básicos decorrente da crise. Sobre, assim, a alternativa de conter mais drasticamente a demanda interna para forçar o cami-

nho do mercado internacional. Há que acrescentar que o dólar de referência para o exportador ainda é uma variável muito problemática. Faz uma enorme diferença para a decisão do investidor de ampliar projetos de exportação saber se deve considerar em seus cálculos uma cotação de R\$ 1,60 ou R\$ 1,90.

Quanto à inflação, a meta apresentada ao FMI surpreendeu. Vários fatores até aqui têm pesado a favor da hipótese de que ela pode ser menor que os 17% previstos. Embora a memória inflacionária seja uma hiena mal adormecida em nossas cabeças, a sociedade brasileira – do pobre ao rico – compreendeu os enormes benefícios da estabilidade e transformou-a em valor social. Todos tentam lutar como podem para manter essa conquista, especialmente aqueles 15 milhões que haviam recentemente ultrapassado o limite de pobreza e agora percebem como é duro voltar para trás. A sólida referência do preço real dos produtos – herança de quatro anos de estabilidade – e, principalmente, o salário sem reajuste e a ameaça de desemprego, têm sido de grande ajuda para que os efeitos inflacionários do devastador ajuste cambial ainda sejam modestos. Esse pedaço da luta parece o menos complicado de ser ganho. Até os sindicatos mais agressivos sentem certo desconforto ao propor modalidades de reindexação.

Sobre os juros, referencial básico para a retomada do crescimento, a lógica do acordo coloca o Banco Central em uma armadilha. Tem que mantê-lo bastante elevado para continuar a atrair capitais e refrear o consumo, mas sabe

que enquanto o fizer realimentará o saco sem fundo da dívida interna e manterá inviável o aumento da capacidade instalada e da produção. Claro está que tudo seria mais fácil se o governo tivesse, e fizesse aprovar, uma proposta de reforma tributária eficaz – sem mais remendos tipo CPMF e imposto verde – que desonerasse a produção e o consumo, abrindo brecha para a retirada da cunha fiscal dos empréstimos. Mas isso é uma outra história.

Se tudo correr como se espera, a profunda recessão do primeiro semestre poderá ser seguida de um início de recuperação no segundo, de tal modo que o PIB só caia de 2% a 3% em 99. O Brasil estará mais pobre 30% em relação a seus ativos referenciados em dólar. A renda da população terá perdido tanto quanto a inflação não indexada. Mas voltaremos a crescer, e isso já melhora muita coisa. Essa é uma aposta razoável, até porque não se enxerga hoje um caminho menos ruim. No entanto, há uma perversa ironia na estranha lógica da economia global aplicada aos grandes países da periferia do capitalismo, envolvidos com seus próprios dramas e incompetências. No nosso caso, após quatro anos com o crescimento do nosso PIB percorrendo a ladeira dos 6% em 94 para o quase zero em 98, ainda temos que reduzi-lo em 3% para tentar iniciar a recuperação. E, ainda assim, será preciso tocar com muito cuidado no fundo do poço, sem fazer muita pressão. Nessa matéria, nunca se sabe se o fundo é falso.

*Coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor da FCD no Insead (França)